

# Avaliação Participativa: constatações e aprendizagens

Denise Leite<sup>1</sup>  
Ana Karin Nunes<sup>2</sup>

## Resumo

---

Este texto tem por objetivo apresentar os entendimentos atribuídos por alguns autores sobre os significados e sentidos da avaliação participativa. Foi elaborado a partir dos dados decorrentes da pesquisa “Avaliação participativa *on-line* e *off-line*” (Leite et al, 2007). A pesquisa produziu um banco de dados sobre avaliações participativas registradas em 50 protocolos disponibilizados para consulta por meio eletrônico. O artigo mostra a análise de 10 destes protocolos. Foram buscadas as concepções de avaliação, participação, avaliação participativa, bem como os sujeitos e os níveis, intensidade e formas de sua participação nas experiências e/ou atividades relatadas. A análise efetuada pelo grupo de pesquisa motivou algumas constatações e aprendizagens.

**Palavras-chave:** Avaliação. Participação. Avaliação participativa.

---

<sup>1</sup> Pós-doutorada pelo Centro Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com Mestrado em Educação e Doutorado em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. dlavaliacao@ufrgs.br

<sup>2</sup> Graduada em CS/Relações Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul, com especialização em Gestão Universitária pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestrada em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. anunes@unisc.br

## **PARTICIPATIVE EVALUATION: assumptions and learnings**

### **Abstract**

---

The main goal of this paper is to present authors' understandings about meanings and senses of participative evaluation. The paper was derived from CNPq's supported investigation "Participative Evaluation online and off-line" (Leite et al, 2007). The research produced one data collection originated from 50 protocols that were made available for consultation in electronic devices. The article shows the analysis of 10 of these protocols. Conceptions of evaluation, participation, participative evaluation in related experiences/activities as well as subjects, levels, intensity and forms of participation. The analysis made by the research team motivated assumptions and learnings that are also described in the article.

**Keywords:** Evaluation. Participation. Participative evaluation.

A concepção de Avaliação Participativa deste grupo sustenta-se nas contribuições teóricas de Boaventura Santos, especialmente sobre o conceito de democracia participativa de alta intensidade, nos estudos de Benjamin Barber a respeito da democracia forte e nos estudos de Leite sobre avaliação participativa. Estas possibilidades teóricas são ferramentas das quais nos apropriamos para análise e interpretação dos diferentes protocolos.

## Democracia Participativa de Alta Intensidade

Consideramos que o combate às diferentes formas de exclusão social, política e cultural e a proposição de novas relações sociais, extrapolam a constituição de um regime político democrático, uma vez que vão além da democracia do voto individual. A busca de uma sociedade verdadeiramente democrática, cujas políticas públicas sejam revigoradas pelos sujeitos coletivos com o objetivo de qualificar as vivências humanas, deve ser uma busca permanente.

Em tempos de hegemonia conservadora, de cunho pós-neoliberal, lógica acima de tudo mercantil, necessitamos buscar contribuições para pensar e imaginar alternativas de emancipação social. A reinvenção da emancipação social compreende a busca pela democracia participativa de alta intensidade, por meio de ações e reflexões teóricas sobre as experiências em movimento. Problematicar a democracia representativa e suas patologias poderia ser uma possibilidade de desenvolvimento das sociedades humanas.

A democracia participativa (DP) para Santos (2002), como um exercício coletivo e individual, sugere questões importantes para o aprofundamento democrático do modo de vida na sociedade. Para o autor, a “demodiversidade”, ou seja, a diversidade e a diferença, sustentam o tema da democracia. Considera o diálogo intercultural na medida em que reconfigura saberes para produzir uma partilha mais justa de poderes, para um exercício de possibilidades. Além da articulação entre representação e ação direta dos cidadãos, nos diferentes contextos, o autor compreende a atuação “dos sujeitos através de práticas de argumentação e da argumentação na prática” (Santos, 2002, p. 72) quando se trata de disputa entre projetos sociais e políticos.

Outro aspecto na construção da DP é a articulação entre o plano local e o global, que pode fortalecer práticas próximas aos sujeitos pelo fato de se transformarem em elos de redes e movimentos mais amplos e, portanto, com maior capacidade de transformação. O fortalecimento da diversidade de práticas democráticas, a articulação contra-hegemônica entre o local e o global e a ampliação do experimentalismo democrático, pressupõem o reconhecimento da diversidade cultural, do caráter distributivo da democracia e da criatividade das subjetividades individuais e coletivas.

## Democracia Forte

Barber (2004) trabalha a ideia de uma democracia direta denominada de Democracia Forte capaz de enfrentar as condições presentes na esfera política e impor necessariamente a ação política. A política é ação, ação política, ou seja, aquela ação de caráter público que terá de alguma forma consequências públicas.

A democracia direta é definida como um modelo participativo, no qual o conflito se resolve na ausência de um pressuposto independente, por meio de um autogoverno participativo e uma comunidade política capaz de transformar indivíduos privados dependentes em cidadãos livres que buscam o bem comum. Para tal, pressupõe a criação de uma linguagem pública que ajude a reformular os interesses privados em um consenso público, e indivíduos que se reconheçam como cidadãos para constituir uma comunidade em sintonia com a ideia de transformação social e individual.

Na democracia forte a política toma um caráter público tecido na interdependência, na cooperação, na autolegislação, afetos e cidadanias. A política democrática torna possível a cooperação e cria um espaço de abertura, flexibilidade e desenvolvimento das potencialidades humanas.

Para a democracia forte, o consentimento sem autonomia não é consentimento. Tal como Santos, Barber propõe que se pode ir além da participação política democrática representada no ato de votar. Ele pressupõe a existência

de cidadãos capazes de realizar atos de eleger de forma autônoma e significativa. A ação política partiria de uma reflexão, de uma escolha consciente e livre. Segundo Barber (2004), qualquer indivíduo pode ser ator de sua circunstância, mas cidadãos só o serão os atores políticos. E essa condição é alcançada por intermédio da atividade cívica que educa os cidadãos ajudando-os a pensar e agir no interesse coletivo.

Barber entende a política como uma epistemologia em que conhecimento e verdade, discernimento e decisão se efetivam na esfera da vida pública. A política autônoma é uma saída para a determinação da história, porém não existem coordenadas fixas para a viagem. É preciso inventar e reinventar as coordenadas. Dentre as possibilidades que permitem entender a presença de uma democracia forte na ação política, encontramos os seguintes indicadores quando refletimos com o autor:

- presença do debate político
- afeto e cognição no debate com empatia, ou seja, capacidade de se colocar no lugar do outro; este é o lugar do afetivo na construção das comunidades
- epistemologia política como conhecimento sempre provisório
- conhecimento e discernimento construídos na ação política
- formação de uma certa consciência comum entre os participantes da ação política
- decisão como vontade de um coletivo e/ou decisão pública, em função do que se faz em comum na direção do bem público
- silêncio como direito democrático para que cada sujeito encontre sua voz
- liberdade política como legitimação da condição de cidadania
- cidadania construída na articulação e busca de soluções vinculantes para conflitos públicos
- sujeitos (subjetividades construídas) se transformam em uma comunidade democrática política quando têm preocupações comuns

- participação evidencia compromisso com o bem comum e com o respeito mútuo
- existência de facilitadores do processo democrático
- autofundação do sujeito autônomo
- democracia como soberania, se conquistada não deve ser perdida no jogo da representatividade
- importância do poder local
- importância da ética e da moral, ou seja, preocupação com o que está dentro e o que está fora das lideranças.

## Avaliação Participativa

Uma das características que distingue a avaliação participativa de outras formas de avaliação é a ausência da figura do *expert* em avaliação, ou seja, do especialista cujo conhecimento específico sobre o processo avaliativo se converte em poder particularizado sobre esse processo. Por isto, em princípio, também é distintivo na avaliação participativa o fato de que todos podem tomar decisões sobre ela em decorrência – mas ao mesmo tempo como uma premissa – de seu envolvimento com a avaliação. Sujeitos de diferentes saberes e posições de poder podem, portanto, apropriar-se da avaliação numa lógica de empoderamento<sup>3</sup> que é, simultaneamente, constitutivo *do* e constituído *pelo* processo avaliativo.

Os sujeitos protagonistas da Avaliação Participativa (AP) produzem conhecimento sobre si e suas relações, e sobre a instituição e suas relações, uma forma de conhecimento social por todos produzida e em permanente reconstrução. Ao fazê-lo, realizam uma forma de aprendizagem política de democracia forte (Leite, 2005).

---

<sup>3</sup> Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (Stromquist, 1997).

A metodologia da AP envolve discussão e reflexão, uma retórica dialógica permanente sobre o que fazer, como fazer e como fiscalizar a ação. Os produtos da AP, para além da aprendizagem de democracia forte, sua epistemologia subjetiva, podem ser contabilizados na esfera do ganho de autonomia dos sujeitos e instituições (Leite, 2005, p. 122).

No estudo de Leite, (2005) distinguiram-se algumas aproximações características à AP, como a *sensibilização e negociação política*, sua capacidade para tornar-se *um instrumento epistemológico* para ação política no espaço público, a possibilidade de *criar comunidades do bem público*, sua condição de se exercer por meio da *cogestão e do autogoverno*, de se produzir realizando e instituindo *autonomias e cidadania mediante* de processos permanentes de autoavaliação e de avaliação descentralizada.

## Contexto Metodológico

A proposta que resultou neste artigo diz respeito à atividade desenvolvida na disciplina de Prática de Pesquisa em Avaliação, na qual os alunos deveriam analisar os protocolos pertencentes à investigação “Avaliação participativa *on-line* e *off-line*”.<sup>4</sup> A pesquisa captou 50 protocolos e destes foram selecionados 10 pelos alunos, buscando contemplar suas diferentes áreas de interesse. Dessa forma, houve intencionalidade explícita na escolha da amos-

---

<sup>4</sup> A Pesquisa Avaliação Participativa *On-Line* e *Off-Line* (Leite et al, 2007) estudou processos de avaliação participativa por meio de observações, miniestudos etnográficos e textos publicados *on-line* e *off-line*. Foram registradas experiências e concepções de avaliação participativa descritas em diferentes cenários. Os textos foram sintetizados em forma de protocolos. Nos protocolos consta um resumo/descrição do conteúdo presente nas fontes pesquisadas e informações que classificam e diferenciam cada processo de avaliação participativa quanto ao suporte, à modalidade e ao contexto educativo em que ela se realizou. Outros campos compõem o modelo de protocolo utilizado, tais como, a classificação dos contextos (*on-line* e *off-line*), a descrição da fonte (livros, periódicos, relatórios, etc.), sua referência e o nome do pesquisador responsável pela elaboração do registro. A análise dos registros obtidos e armazenados nos protocolos orientou-se a partir do nível de controle dos sujeitos sobre a ação, as formas e a intensidade de sua participação. Cada uma destas categorias foi entendida em uma escala de participação composta por três níveis: baixa ou fraca, moderada ou média e forte.

tra deste recorte de pesquisa ora relatado. Cabe registrar que a natureza heterogênea do grupo de pesquisa parece ter tido um impacto no delineamento do aparato teórico-metodológico do estudo. O fato de os alunos serem originários de distintos nichos epistemológicos, fez emergir objetivos individuais que não se mostravam necessariamente confluentes. Os participantes deste estudo derivado mostraram marcas de diferentes inquietudes e níveis de compreensão, talvez provenientes de sua inserção em saberes e tempos diferentes desta experiência em pesquisa.

Nesse sentido, a participação – elemento focal do estudo – também se revestiu da condição de articuladora das falas dentro do próprio grupo, ou seja, buscou-se constituir uma análise metodologicamente consistente com o objeto dela própria. Isso implicou a inserção em um grupo de pesquisa que tinha como condição *sine qua non* o envolvimento com uma prática coletiva, com todos os conflitos e tensões que lhe são inerentes. A incompletude de cada conjunto particular de saberes deu sentido a sua intercomplementaridade, o que se fez de modo instigante, porém não ameaçador.

Essa situação reconfigurada, por sua vez, abriu a possibilidade de repensar as práticas de pesquisa de cada um dos participantes (todos estudantes de Pós-Graduação), em termos de seu potencial de articulação com a alteridade e heterogeneidade marcantes no grupo. Remeter-se à perspectiva do outro implicou a capacidade de articular vozes nem sempre uníssonas que precisavam ser harmonizadas. Isso, portanto, talvez possa incidir nas conclusões da própria produção (de suas teses e dissertações) e relativizar os referenciais de cada um individualmente. A noção de qualidade deslocou-se de um ponto fixo para vários pontos móveis mutuamente reconhecíveis e negociáveis.

O processo de análise qualitativo desenvolvido participativamente na aula, trouxe diferentes ganhos para o grupo em torno da prática de investigação, objetivo da disciplina. O primeiro ganho foi a própria prática; segundo o exercício de uma metodologia existente e, terceiro, a reconstrução desta metodologia. Esse processo possibilitou repensar a prática de pesquisa do grupo



e de cada um a partir dos relatos nas análises, numa perspectiva de pesquisa em parceria,<sup>5</sup> que remete a uma reflexão maior sobre as formas de metodologia qualitativa e seus critérios.

Um dos princípios da investigação referente à análise foi a necessidade do grupo, e de cada um, de se colocar no lugar dos autores dos textos, que foi sumariado em protocolos – buscando captar o contexto em que os trabalhos foram produzidos e a compreensão da concepção.

Com isto, o trabalho de pesquisa se mostrou, de fato, como um conjunto de procedimentos interpretativos que exigiu se colocar no lugar do outro, não a partir do olhar externo, mas de um olhar que procurou se situar no *ethos* e no sistema de valores do outro. Tal exercício, portanto, demandou pensar, para além dos fatos e situações descritas, as condições de produção dos trabalhos analisados, situando as perspectivas dos autores não em termos de categorias idealizadas de antemão, mas de procedimentos analíticos *ad hoc*.

Um aspecto que mereceu detida análise do grupo diz respeito ao tensionamento constante e marcante entre a prática dos autores dos protocolos e os referenciais teóricos que, supostamente, deveriam prover a sua sustentação. Curiosamente essa tensão parecia aflorar com maior evidência quanto maior a diversidade implicada, isto é, em que pese uma relativa confluência de termos e conceitos, por exemplo, o de participação. Os sentidos constituídos nos contextos para tais elementos, pareciam sofrer variações derivadas dos sistemas de valores e práticas no que se refere aos distintos nichos epistemológicos de cada autoria.

A análise seria obtida a partir dos protocolos mais a leitura do texto que os originou. Houve, no entanto, dificuldade na análise dos protocolos porque o instrumento original foi formulado para se adequar à descrição de experiências práticas de avaliação participativa e alguns relatos diziam res-

---

<sup>5</sup> Parceria – metodologia de investigação que atravessa fronteiras para construir conteúdos sobre as diferenças ou realiza uma aproximação pela diferença da qual resulta produção de conhecimento (Leite et al, 1999).

peito a questões teóricas. O grupo se deu conta que para compreender as categorias existentes que dizem respeito ao nível de controle dos sujeitos, a forma de participação e a intensidade da participação, por exemplo, seria necessário constituir outras categorias explicativas. Dessa forma, foram incluídas na análise as concepções de avaliação, os objetivos, os sujeitos envolvidos, as concepções de participação e de avaliação participativa presentes em cada texto, que deram origem aos protocolos.

A dinâmica dos procedimentos analíticos acabou por impor um processo de discussão da análise dos protocolos, que partiu de uma proposta preexistente na pesquisa e na disciplina e levou a remodelar o instrumento de análise, num movimento de inclusão, exclusão e reformulação de itens. Tal fato denota uma capacidade de evolução visível na comparação, por exemplo, entre o instrumento inicial e aquele que resultou do processo traçado em aula. Este instrumento não será apresentado neste trabalho.

Cada estudante fez o estudo de um ou dois protocolos e apresentou na aula. O grupo discutiu e retomou a análise quando necessário. O resultado das análises foi sintetizado em um Gráfico e uma Figura elaborados pelos alunos: um gráfico de barras (Gráfico 1) e um *círculo radiado* (Figura 1), figura multiaxial que permite a representação gráfica da interpretação dos dados.

No círculo tem-se a visualização dos dados numa figura de modelo radiado, contendo três círculos concêntricos, representando os Níveis 0 (zero), 1 (um), 2 (dois) e 3 (três). O Nível 0 indica a não explicitação de dados relativos às categorias analisadas. O Nível 1 indica que os dados foram detectados em nível emergente, ou seja, encontraram-se subsídios para a análise, mas estes não estavam suficientemente claros. O Nível 2 mostra que os dados foram encontrados e são parciais, ou seja, aparece a categoria, mas persistem lacunas. O Nível 3 indica que há a presença clara da categoria analisada. Para este estudo considera-se que alcançar o Nível 3 seria desejável, tendo em vista a busca por elementos que demonstrem a existência de concepções claras do termo participação, associado à avaliação, apoiado em fontes teóricas declaradas pelos autores nos processos de avaliação que eles descreveram.

## Resultados

Foram identificadas nos protocolos e textos correspondentes oito categorias de análise, a saber: concepção de avaliação, definição de objetivos da avaliação, descrição ou definição dos sujeitos participantes, concepção de participação, concepção de avaliação participativa, níveis de controle dos sujeitos sobre a avaliação, formas e intensidade da participação. Os dados da análise dos protocolos foram agrupados em duas representações gráficas. O Gráfico 1 e a Figura 1 mostram o deslocamento das oito categorias em uma distribuição desigual, com predomínio para a categoria *definição dos objetivos da avaliação*, que foi identificada na maioria dos protocolos.

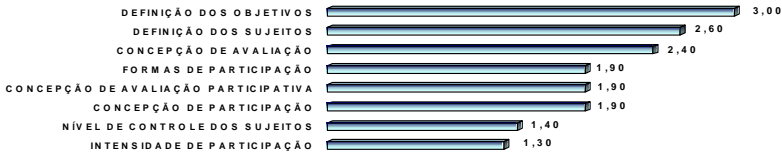


Gráfico 1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

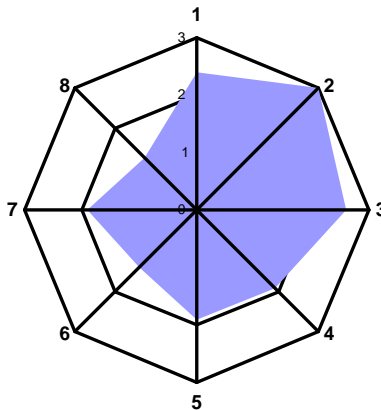


Figura 1

Fonte: Protocolos AP *On-line Off-line*, 2008 (Leite et al, 2007).

Níveis	Categorias	
0 – nível não explicitado	(1) concepção de avaliação;	(5) concepção de avaliação participativa;
1 – nível superficial	(2) definição dos objetivos;	(6) controle dos sujeitos;
2 – nível médio/parcial	(3) definição dos sujeitos;	(7) formas de participação e
3 – nível forte/claro	(4) concepção de participação;	(8) intensidade de participação

Observando a Figura 1 percebe-se que as categorias 1 e 2, *concepção de avaliação e definição dos objetivos*, atingem o Nível 2 e avançam em direção ao Nível 3, o que significa que tais categorias são as que mais se aproximam do ideal esperado, com relação à clareza das definições existentes nos textos e seus protocolos. As categorias 3 e 4, *sujeitos e concepção de participação*, encontram-se no Nível 2, ou seja, aparecem definidas parcialmente. Já as categorias 5 e 6, *concepção de avaliação participativa e nível de controle dos sujeitos*, ficam abaixo do Nível 2; da mesma forma, as categorias 7 e 8, *formas de participação e intensidade de participação*, também não alcançam o Nível 2, indicando uma definição incompleta dessas categorias nos textos e protocolos.

Observando o Gráfico 1 e a Figura 1, constata-se que as categorias 2 e 3 são as que mais se aproximaram do nível esperado de entendimento e explicitação. Nos Protocolos analisados, portanto, pode-se afirmar que há uma definição dos objetivos propostos; em alguns protocolos também se declaram os sujeitos participantes nas experiências relatadas pelos autores. Já as categorias 6 e 8 foram as que apresentaram maior distanciamento do nível externo no círculo e menor comprimento no gráfico de barras, conseqüentemente o nível de controle dos sujeitos e a intensidade de participação é fraca, ou não está definida no estudo do conjunto dos protocolos analisados.

## Discussão dos resultados

A ideia de *avaliação* – categoria 1 – que se destaca nos protocolos analisados, refere o empoderamento dos atores advindo de um processo de avaliação coletivo que se vincula a um projeto (7) e (24)<sup>6</sup> como no caso das

<sup>6</sup> Indicamos entre parêntesis o número do protocolo que contém a informação referida na frase.

comunidades saudáveis. Projeto, nessa perspectiva, foi entendido como algo que lança para o futuro, um projeto com inclusão de sujeitos. Em outros protocolos a avaliação foi entendida como avaliação participativa inclusiva (35), por exemplo, na interface usuário-máquina, usabilidade de interfaces (2). Em outros, a avaliação é um projeto político-pedagógico que norteia as ações de toda a comunidade acadêmica, levando em conta os objetivos da instituição (36).

A avaliação também é entendida como ferramenta para aprendizagem coletiva de desenvolvimento contínuo e processual (42), avaliação da turma no seu cotidiano com autoavaliação (3) ou como avaliação heurística para “método de inspeção sistemática” para prevenir erros e ajudar na documentação (2). Ela não é somente entendida como verificação da assimilação dos saberes, nem como um momento isolado de uma proposta pedagógica, mas como um de “seus componentes constantes” (50).

Chama a atenção que, em pelo menos três dos protocolos analisados, não se menciona a concepção de avaliação.

O *objetivo* da escolha de uma avaliação participativa – categoria 2 – tem a ver com a capacitação de pessoas, em geral do terceiro setor (42). Estima-se que são pessoas que conceberam os projetos e com as quais se deveriam contar, de forma participativa, para estabelecer o marco conceitual do projeto, sua elaboração, implementação e avaliação (42). O objetivo da avaliação seria, por exemplo, restabelecer a união de elementos separados e reprimidos com as contradições inerentes ao próprio sujeito (9) ou organizar a aprendizagem dos alunos (3). Outro objetivo seria informar sobre as vantagens do uso da tecnologia nos processos de avaliação de forma a produzir empoderamento e melhoria do processo de aprendizagem dos alunos com o uso do computador (2) e (24). Também aparece como objetivo da avaliação a inclusão de estudantes com deficiências na vida acadêmica (35). Outro objetivo do uso da avaliação seria para apreciar um curso de Graduação com a participação dos sujeitos, ou relatar um processo de autoavaliação institucional (36) e (46). Outro objetivo é apresentar a evolução teórica sobre o tema e o amadurecimento sobre experiências concretas (50).

Sobre os *sujeitos* das experiências de avaliação participativa – categoria 3 – quantos e quais foram incluídos? Alguns autores das experiências protocolizadas, explicitamente ou não, mostraram pares opostos em poderes e saberes adjetivando os sujeitos. Há referências a professor e aluno, ricos e pobres, poderosos e débeis, profissionais e clientela, formuladores de programas e usuários, gestores de processos e beneficiários, especialistas e não especialistas deficientes e não deficientes, líderes e comunidade (carente ou não). Percebe-se, como em outras categorias, que em alguns protocolos na há menção aos sujeitos.

Em um protocolo foram identificados como sujeitos os representantes de organizações populares de bairros, a equipe de implementação da “Comissão Intersetorial” e alunos do curso de Formação de Agentes de Assentamentos Humanos Saudáveis (7). Outra experiência relata como sujeitos participantes todos os envolvidos na pesquisa, ou seja, membros do grupo interdisciplinar, estudantes com deficiência visual, especialistas e não especialistas, com deficiência e sem deficiência visual, professores, criador do software, alunos (usuários) e outros (35), famílias dos alunos (3). No relato referente à avaliação institucional, os sujeitos apontados foram os que conduziram o processo: Comissão Própria de Avaliação – CPA (9 membros); Comissão Técnica de Avaliação CTA (10 membros); 28 Comissões Setoriais de Avaliação – CSAs (136 membros, sendo 28 alunos, 28 funcionários e 80 professores de 4 campi). Foram sujeitos aqueles que responderam aos instrumentos: alunos, professores e técnicos administrativos (46).

A *concepção de participação* – categoria 4 – e a *concepção de avaliação participativa* – categoria 5 – seriam entendidas como ruptura com a verticalidade da relação poder/saber. Parece que a ideia de avaliar participativamente tem a ver com relações de poder desiguais; com posições desiguais de poderes e saberes no nível individual e coletivo ou de grupos.

No que se refere à concepção de participação, aparece o desejo da participação, a disponibilidade dos sujeitos para tomar parte e a abertura à participação que presumem o interesse individual, diante das experiências

concretas, o que exigiria reflexão e interpretação de realidade. No interesse grupal, a verticalidade ou hierarquia seria substituída pela partilha de poderes e saberes entre sujeitos diferentes. Entre os diferentes encontram-se professores e alunos. Outro entendimento de participação diz respeito a uma abordagem integrada a um programa determinado que leve em conta valores, dar um *feedback* aos participantes, incorporar uma ciência social com perspectiva que equacione aspectos de poder e seja sensível às perspectivas dos vários atores (7).

A participação é entendida como direito e dever para consigo e para com os demais. Em outro protocolo (9) ela é vista em três modalidades distintas: a) SUBVERSIVA – luta aberta de poder para influenciar decisões, desvalorização do potencial e apropriação do conhecimento do outro, pois é obstáculo para seus interesses; b) PERIFÉRICA – funcionalmente necessária de modo que não chega a alcançar os centros reais do poder político e econômico; igual à subversiva na desvalorização do potencial e apropriação do conhecimento do outro, pois é obstáculo para seus interesses; c) CRIATIVA – inclui participação nas experiências, nos sentimentos e conhecimentos; ocorre em processos anteriores à disputa pelas decisões; busca o contato com o outro para ver e entendê-lo como outro; restabelece a união com as contradições de si mesmo.

A participação também é descrita na interação homem-computador, na atuação como usuários e como observadores de um portal – avaliação cooperativa de interface de usuário (35) ou durante a construção de softer (2). Ou é vista como postura sensível às diferenças em espaço de participação flexível que viabilize a colaboração de cada pessoa sem discriminação (35). Em outro protocolo está presente o conceito de participação relacionado à regionalidade, ao caráter comunitário de gestão praticado pela IES, às práticas sociais, à crítica e ao conhecimento e reconhecimento das ações dos sujeitos. A autora é assertiva ao afirmar que a cultura da participação praticamente não existe – tanto em relação aos sujeitos quanto à instituição que propõe a avaliação. Diz ser, contudo, uma cultura importante que vale a pena ser construída (36). Para outros autores, a participação propicia valorizar a experiência prática dos

participantes, assim como os marcos conceituais desenvolvidos, fortalecendo o compromisso. “La participación requiere un alto grado de compromiso, con el fin de lograr un ámbito de discusión e intercambio que valore tanto la experiencia práctica de los participantes como los marcos conceptuales desarrollados” (42).

Sobre a concepção de *avaliação participativa* – categoria 5 – existe a premissa da negociação, de que ela parta de metas e objetivos que sejam compartilhados pelos atores envolvidos. Seriam participantes grupos com práticas de trabalhos comunitários consolidados (7). Outra ideia diz respeito ao envolvimento de todos, podendo impactar a todos (24). Para outros autores a avaliação é inclusiva, pois cada equipe ou grupo elabora uma crítica e compartilha suas impressões sobre a experiência apoiada em um quadro de avaliação adaptado (35) ou auto-organização a partir de um trabalho em grupo – “enturmação” (3). Em outros protocolos a AP é um processo partilhado entre os sujeitos e que permite apropriação reflexiva e socializada. Tem por objetivo a retroalimentação e a reorientação das práticas (36). Outro texto faz referência ao processo avaliativo de curso e não o dissocia do objeto da capacitação, que é a ação na sociedade. Nesse sentido, avaliação participativa presume comprometimento com o próprio desenvolvimento (autonomia) e com o impacto das ações (solidariedade) (42). No que se refere à relação professor-aluno, em um protocolo, a avaliação seria realizada entre pares, com a retirada da centralidade do professor e influenciada “pelas respostas dos alunos, pela peculiaridade do contexto e do momento” (50).

Alguns protocolos não mostram qualquer concepção sobre avaliação participativa apesar de tratarem do tema.

Sobre a categoria 6, na avaliação participativa o *nível de controle dos sujeitos sobre os processos*, nos estudos que foram protocolados para pesquisa, aparecem os sujeitos “de cima” de uma relação desigual concedendo participação aos “de baixo”, ou do lado oposto da relação (9). Encontra-se um nível em que aparece a figura do avaliador externo, uma espécie de guia (ou treinador) mais experiente nesse tipo de processo de avaliação (24). Por vezes



surge um coordenador que necessita anuência dos participantes considerando os valores éticos. Aparecem diferentes sujeitos com tarefas na experiência (35). Em outro protocolo observa-se a existência de decisão prévia dos sujeitos sobre os processos, mas não sobre todo o seu desenrolar. Em outro, os sujeitos respondentes a um instrumento de avaliação tiveram autonomia parcial em relação à avaliação, considerando que não participaram de todas as etapas do processo como, por exemplo, a formulação das questões (42 e 46). Em caso de EaD se amplia a autonomia dos estudantes e o diálogo na relação professor-aluno e na interação dos alunos entre si. Isso implica diminuição da centralidade do professor, bem como pressupõe o fortalecimento de espaços e relações mais democráticos (50).

Sobre as *formas de participação* – categoria 7 – aparece a formação de uma “rede social de iniciativas civis” como uma forma de participação. A intenção do apoio é fortalecer e ser fortalecido, ou seja, aumentar a coesão social possibilitando desta maneira não só ser fortalecido como fortalecer as iniciativas já existentes (7). Com a EaD e as NTIs se permite a participação de todos. O texto aponta algumas possibilidades em que a tecnologia teria característica de instrumento de controle (24). Aparecem em outro protocolo formas intensas de participação em que os sujeitos atuam em todas as etapas de avaliação, com partilhamento de ideias e sugestões na Avaliação Cooperativa Concorrente (participação como usuários e como observadores) e no registro das observações sobre a experiência (35). Outro protocolo apresenta três etapas de participação, a qual se daria na pré-avaliação, na avaliação de impacto e na avaliação processual como instrumento de planejamento futuro (42).

En forma previa al comienzo de los talleres se hará llegar a los responsables de cada organización un cuestionario de evaluación que permita conocer el estado de situación con referencia a los temas desarrollados en los talleres. Al final de nuestra actuación se solicitará a dichos responsables el llenado de otro cuestionario destinado a evaluar el impacto de la capacitación en su organización. El procesamiento de estos cuestionarios proporcionará un elemento muy útil para la evaluación de futuras actividades de fortalecimiento (42, p. 3).

Chama atenção no protocolo (46) que a forma de participação é considerada passiva pelo autor do texto na etapa quantitativa da avaliação, pois os sujeitos apenas responderam de forma *on-line* um questionário predeterminado. Já na etapa qualitativa, a participação foi ativa, pois buscou percepções construídas por meio de um conjunto de procedimentos predominantemente dialógicos com atores dos diversos segmentos da IES (46).

Em sala de aula a AP envolve interações (50) entre alunos, entre alunos-professores, trabalhos em grupos, cooperação entre pares. Ao contrário do modelo clássico das aulas expositivas, a comunicação ocorre sem o controle expresso do professor, que presencialmente pode, ou não, dar a palavra ao aluno. A avaliação entre pares, tão pouco utilizada no ensino presencial, ganha importância dentro deste modelo, na qual a responsabilidade pela aprendizagem tende a se dividir entre os participantes, tirando a exclusividade do professor como figura central do processo. Trabalhos em grupos também fornecem importantes subsídios sobre a cooperação e colaboração entre pares, assim como sobre a capacidade de autorregulação e autonomia. A autoavaliação como forma de metacognição também ganha mais importância dentro deste modelo, em que o aluno participa mais ativamente dos processos de aprendizagem (50).

Quanto à *intensidade da participação* (democrática) – categoria 8 – ou seja, alta, média ou baixa intensidade, reduzido número de experiências protocoladas apresentam indícios desta possibilidade. Quando há menção à intensidade da participação, como no protocolo (24), há intensa participação em todas as etapas de avaliação com partilhamento de ideias e sugestões. Esta foi a Avaliação Cooperativa Concorrente (usuários e observadores). Sobre avaliação de uma IES (46) o artigo revela que a intensidade se deu por meio do expressivo número de respondentes da etapa quantitativa (10.663 pessoas, das quais: 1.286 professores, 922 técnicos e 8.445 alunos). Não são apresentadas, contudo, evidências sobre a intensidade da participação de cada sujeito (46).

No tocante à intensidade da participação, imprescindível dizer que foi esta a categoria menos explicitada nos protocolos analisados, posto que mais de 50% desses não faziam menção a quaisquer indicadores de intensidade de participação dos sujeitos da avaliação.

## Constatações e Aprendizagens

Tendo em vista as análises dos protocolos e respectivos textos que os originaram, concluímos que a avaliação participativa seria um processo que, de alguma maneira, envolve apropriação reflexiva e retroalimentação. Seria realizada entre pares ou entre sujeitos em posições polarizadas, em contextos e momentos particulares, como uma peculiaridade a estes contextos e momentos, às vezes, mediante de um projeto. Em geral, quem planejou detém e controla a participação.

Por outro lado, a avaliação participativa no âmbito individual parece pressupor um comprometimento dos sujeitos com seu próprio desenvolvimento autônomo. Ela teria um impacto sobre as suas ações. Este impacto, por exemplo, poderia resultar em solidariedade e esta no desenvolvimento de heteronomia. Isto corresponderia ao que Santos (2006) considera emancipação, ou seja, um movimento do caos para a solidariedade – de um ponto de ignorância a um ponto de conhecimento. Encontra-se o seu entendimento como direito e dever, como participação regional, local/localizada.

Pode-se afirmar que aparece a participação como uma luta aberta de poderes, especialmente quando coexistem elementos contraditórios e conflituais. Mostra-se também a participação como superação dos conflitos, participação como postura sensível às diferenças pressupondo-se a demodiversidade e o diálogo intercultural entre o igual e o diferente. Observou-se igualmente a participação como uma postura sensível às experiências práticas dos sujeitos, os quais possuem desiguais saberes ou diversos níveis de domínio sobre os processos e sobre as informações existentes.

As experiências relatadas e captadas parecem sugerir a existência de um sujeito autoempoderado pelo domínio de uma metodologia de ensino e de avaliação. Este sujeito empoderado “concede” a participação aos alunos, por exemplo. O autoempoderamento de um sujeito, porque conduz um processo de avaliação, talvez mostre uma forma de domínio em um campo de saber, sobre uma tecnologia, um recurso. Nesse caso, a participação foi definida pelo líder, pelo *expert*, pelo rico. Ele é o cedente. Ao sujeito que participa se concede o direito de fornecer dados, em nível de consulta. Por vezes a avaliação já trazia critérios previamente definidos pelo cedente, ou seja, por quem controlava o processo.

Nos textos examinados observa-se que a avaliação participativa necessária do autocomprometimento de cada sujeito para resultar em desenvolvimento pessoal (autonomia). O impacto das ações avaliadas seria traduzido antes de tudo pela expressão da solidariedade, isto porque os autores revisados por meio dos protocolos presumem o comprometimento que um grupo ou um indivíduo possui. Estes sujeitos comprometem-se porque são sensíveis às questões que envolvem os outros, ao sofrimento humano, manifestam compaixão para com o oprimido ou “carente” de poderes e saberes. Por exemplo, a perspectiva trabalhada com os usuários e com os observadores de um portal – avaliação cooperativa de interface de usuário, interação humano-computador. Esta seria uma postura sensível às diferenças (cegos e não cegos) em espaço de participação flexível que viabiliza a colaboração de cada pessoa sem discriminação.

Nos estudos que foram protocolados para pesquisa de avaliação participativa, o nível de controle dos sujeitos sobre os processos é desigual. Aparecem os sujeitos “de cima” da relação desigual concedendo participação aos “de baixo” ou do lado oposto da relação, como dissemos. Isto significaria baixa intensidade democrática.

Foram encontrados, também, diferentes sujeitos com diferentes tarefas nas experiências relatadas. Este nível de participação envolvia a anuência ou concordância dos sujeitos, especialmente com valores éticos. Este nível se apro-

ximaria da democracia de mais alta intensidade ou da democracia forte. Por outro lado, fica explicitado que as formas de participação dos sujeitos pressupõem a interação entre sujeitos e entre grupos de sujeitos. As chamadas novas tecnologias valorizam e possibilitam esta interação ou participação. Em geral, os autores as vêem e relatam como formas de interação e participação ativa que aumentam a responsabilidade dos alunos para com as suas aprendizagens.

A partir das análises torna-se perceptível que o entendimento do que seria avaliação participativa é tão múltiplo quanto numerosos são os autores dos relatos. Não há uniformidade do conceito e, mais ainda, não há a cultura de explicitar nos textos publicados o relato de como se deu a experiência em foco. Dizer que houve “ampla participação da comunidade em seus diversos setores” muito pouco explicita ao leitor o que realmente aconteceu. Esta participação deu-se de forma direta? Indireta? De forma espontânea? Sob coerção? Por intermédio de representantes indicados? Eleitos? Escolhidos? Impostos?

De uma forma geral, parece-nos que a principal preocupação no relato das experiências foi no sentido de validá-las, e não, de fato, relatá-las, permitindo que o eventual leitor elaborasse as suas impressões sobre os fatos.

Muito desta “desuniformidade conceitual” provavelmente se deve ao fato de que há uma valorização das experiências em si. Existe um favorecimento dos ditos “relatos convencionais”, isto é, artigos que se enquadrem nos cânones, às vezes rígidos e científicos, exigidos pelos órgãos que os publicam. Dentro desta perspectiva, o “simples” relato de uma experiência, detalhando os níveis de participação dos sujeitos nela, parece um tanto “pequeno”, senão inexistente ou desnecessário. Dir-se-ia algo do tipo “vamos às conclusões”, como se a riqueza das interações e a compreensão da dinâmica da relação entre os sujeitos envolvidos no processo fosse algo com pouca importância, destituído de significado. Tanto é que, em boa parte dos textos analisados, precisamos fazer um esforço inferencial no sentido de determinar se e como se deu a participação dos sujeitos, o nível de controle destes no processo e, surpreendentemente, às vezes até foi difícil determinar quem, afinal de contas, foram os sujeitos participantes.

Em diversos momentos chegamos a comentar que não existia uma “cultura do relato” destes dados. Ou, talvez, simplesmente, estejamos a procurar algo que as pessoas não julgaram importante até então. Procuramos indícios de aspectos que ainda não são pesquisados, valorizados, evidenciados ou considerados relevantes. Nisto talvez resida a grande riqueza do presente trabalho: a valorização do procedimento da pesquisa em si e a possibilidade de mudar a perspectiva de análise da avaliação participativa desviando o olhar para os detalhes, para os marcadores ou indicadores reais e palpáveis de uma democracia forte, por exemplo.

A disseminação de conceitos, tais como aqueles usados nesta análise, a democracia de alta intensidade ou participativa, a democracia forte e a avaliação participativa, pode levar a modificar a forma como se relatam as experiências. Em verdade podemos pensar que realizamos algumas constatações e aprendizagens sobre a forma como se entende a avaliação participativa e os conceitos correlatos. Entendemos que alguns autores do tema “gastaram” mais tempo nos comentários e adjetivos do que no relato do que efetivamente aconteceu. Ficam dúvidas sobre o que eles consideram relevante nos casos relatados e qual o enfoque que orientou suas experiências. Para nós, o tema precisa ser mais e melhor investigado. Falar em participação nem sempre quer dizer a mesma coisa, nem sempre tem o mesmo significado para diferentes pessoas.

## Referências

BARBER, Benjamin. *Strong Democracy participation politics for a new age*. University of California Press, 2004.

LEITE, D. et al. *Inovação na universidade: a pesquisa em parceria*. Interface, Botucatu: UNESP, v. 3, n. 4, p. 41-52, 1999.

LEITE, Denise. *Reformas universitárias. Avaliação institucional participativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LEITE, Denise; LEITE, Maria Cecília Loréia; GENRO, Maria Elly Herz et al. *Avaliação participativa on-line e off-line*. Avaliação. RAIES; UNISO. Sorocaba, v. 12, n. 3, p. 445-460, set. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo*. Para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia*. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STROMQUIST, Nelly. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, Magdalena (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997.

Recebido em: 12/5/2008

Aceito em: 6/11/2008

